

PODER

Mesmo fora do governo, União cobiça o Serpro

Partido pretende controlar empresa de processamento de dados, apesar de votar contra o Executivo e mandar os filiados saírem

» LUANA PATRIOLINO

Apesar da retaliação do governo ao Centrão por ter ajudado a enterrar a MP do IOF, na semana passada, o União Brasil mesmo assim faz pressão para emplacar Wilton Mota na presidência do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O partido, com o PP — juntos formam a federação União Progressista —, dera, dias atrás, um ultimato a seus filiados para que abandonassem os cargos que ocupavam no Executivo, inclusive prometendo punir quem preferisse continuar. Mas tem atuado para, mesmo dizendo-se fora e votando contra o governo no Congresso, para manter postos de perfil estratégico.

O Serpro é uma das empresas

públicas mais cobiçadas, devido à importância das informações que armazena e pelo volume de negócios que pode alavancar nos próximos anos. O órgão é responsável pelo processamento de dados do governo e teve receita líquida de R\$ 4,1 bilhões no ano passado, maior do que todo o orçamento do Ministério de Turismo — ocupado por Celso Sabino, que se rebelou contra a determinação do União Brasil, decidiu permanecer no posto e enfrenta um processo interno de expulsão. Quem também ignorou a determinação partidária foi o ministro dos Esportes, André Fufuca, tanto que, no último dia 8, foi afastado da vice-presidência nacional do PP e do comando do diretório estadual do Maranhão pelo presidente

nacional da legenda, senador Ciro Nogueira (PI).

O Serpro também está se preparando para implementar a estrutura de suporte da Reforma Tributária, o sistema de soberania digital de dados e os estudos para regulação do uso de inteligência artificial (IA). A instituição gerenciar sistemas como os da Receita Federal e desenvolve soluções digitais para aumentar a transparência nos gastos públicos.

Padrinhos

Atual diretor de Operações do Serpro por indicação do União, Mota, porém, está confiante na força dos padrinhos políticos — uma delas a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) — ao ponto de ter feito convites para

Serpro/Divulgação



Estatual tem um orçamento maior do que o do Ministério do Turismo e acesso a informações estratégicas

integrar sua “futura” equipe. Mas, naquilo que depender do governo, dificilmente ele ocupará o cargo. O Palácio do Planalto vem mapeando os cargos de segundo e terceiro escalões e apadrinhados do União e do PP e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, tem o aval do presidente para seguir com a faxina. O governo quer aproveitar a popularidade em alta para deixar claro que não faz sentido manter indicações de partidos que têm trabalhado para impor derrotas, sobretudo na Câmara, às propostas que lhe são de interesse.

O Planalto decidiu exonerar os apadrinhados do União, do PP e do PSD — que não deu ultimato para que ninguém deixasse o governo Lula — depois da derrubada da medida provisória que substituiria o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas jurídicas e físicas. A “limpa” alcança cargos na Caixa Econômica Federal, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e na

superintendências no Ministério da Agricultura.

As exonerações não param por aí. No Diário Oficial da União (DOU) de ontem, constavam as demissões de diretores ligados ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, incluindo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A expectativa é de que as exonerações de afilhados do Centrão vão continuar e atingir todos os deputados que votaram contra o governo na derrubada da MP.

CONGRESSO

Haddad: alternativa a subir IOF não afeta consumo ou crédito

» WAL LIMA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou, ontem, que o governo já trabalha em uma alternativa ao aumento do IOF, que havia sido cogitado como forma de compensar a perda de arrecadação. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, reafirmou, ainda, o compromisso de aprovar, este ano, a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e defendeu a aprovação do texto que veio da Câmara sem grandes alterações.

Segundo Haddad, o possível substituto do aumento do IOF seria um mecanismo de arrecadação mais moderno e previsível, que não puna o consumo ou o crédito produtivo. “Estamos discutindo, internamente, outras formas de compensação, que não passem por aumentar impostos sobre operações financeiras. A ideia é construir algo mais estável, que não gere volatilidade nem impacto sobre a classe média”, adiantou.

O Projeto de Lei (PL) 1.087/25, que amplia a faixa de isenção do IR, aguarda análise do Senado, onde o relator é o senador Renan Calheiros (MDB-AL). O texto prevê isenção total para

rendimentos mensais de até R\$ 5 mil e parcial para quem recebe até R\$ 7.350, com descontos progressivos. Haddad espera que a nova tabela comece a valer em 1º de janeiro de 2026.

Haddad destacou que o PL não tem caráter arrecadatório e que as perdas serão compensadas com o novo modelo de tributação de rendas mais altas. O ministro explicou que o projeto cria um “imposto mínimo” para pessoas físicas com rendimentos superiores a R\$ 50 mil por mês, afetando cerca de 141 mil contribuintes.

“Não se trata de arrecadar mais, mas de corrigir uma injustiça. Esses 141 mil brasileiros têm uma alíquota média efetiva de apenas 2,5%. São pessoas do andar de cima que vão contribuir um pouco mais para que milhões tenham mais justiça”, afirmou.

Redução de benefícios

Haddad também defendeu a redução de benefícios fiscais e de práticas como a pejetização — quando profissionais são contratados como pessoas jurídicas para pagar menos tributos. Ele reforçou que, mesmo com as desonerações, o país vive um momento de equilíbrio

Ed Alves/CB/D.A Press



Estamos discutindo formas de compensação, que não passem por aumentar impostos sobre operações financeiras (e) construir algo que não gere impacto sobre a classe média”

Ministro Fernando Haddad (Fazenda)

das contas públicas e recuperação econômica.

O ministro afirmou que o ganho médio dos 10 milhões de trabalhadores beneficiados pela isenção total do IR será de cerca de R\$ 3,5 mil por ano, o equivalente a um “14º salário”. Segundo ele, o reajuste da tabela corrige a defasagem de sete anos sem atualização.

A expectativa do governo é que o texto seja aprovado até o fim de novembro, sem grandes alterações. “Estamos muito perto do final do ano. Precisamos sancionar

e regulamentar para que a nova tabela entre em vigor no dia 1º de janeiro”, disse Haddad.

Já o relator Renan Calheiros firsu que as mudanças feitas pela Câmara exigem cautela e compensações adicionais, como no caso da isenção de IR para investimentos imobiliários e do agrogênio. “Pode haver brechas para fraude se empresas registrarem dividendos como se não fossem tributáveis. O Senado precisa garantir mecanismos de compensação claros”, afirmou.

LDO é o novo campo de batalha

» DANANDRA ROCHA

» VANILSON OLIVEIRA

O governo federal se prepara para uma quinta-feira decisiva no Congresso. Deputados e senadores devem se reunir, em sessão conjunta, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O relatório do deputado Gervásio Maia (PSB-PB) projeta superávit primário de R\$ 34,3 bilhões (0,25% do PIB) para o próximo ano.

Nos bastidores, líderes do governo e da oposição admitem que, amanhã, será um teste de força. Enquanto o palácio do Planalto tenta assegurar a aprovação da LDO sem novas concessões, parlamentares da base cobram mais diálogo e articulação política. Petistas e aliados temem que o texto engesse o Orçamento de 2026 ao obrigar o pagamento de todas as emendas parlamentares até o primeiro semestre, reduzindo a margem de manobra do Executivo. Já a oposição vê na medida uma vitória política: a garantia de execução das emendas em pleno ano eleitoral.

Na Comissão Mista de Orçamento, o presidente Efraim Filho (União Brasil-PB) confirmou a votação da LDO para hoje, após pedido do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O governo solicitou mais tempo para discutir ajustes no texto com o relator e com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da matéria correlata no Senado. **(Com WL)**



ALEXANDRE GARCIA

A CPMI VIROU NOTÍCIA PELO ACIRRAMENTO DE ÂNIMOS, AMBIENTE NADA FAVORÁVEL À APURAÇÃO DE FATOS. O OBJETIVO DOS GOVERNISTAS PARECE SER ESSE E TEM A COLABORAÇÃO INGÊNUA DOS MAIS ESQUENTADOS DA OPOSIÇÃO

Blindando quem?

A semana começou com o oitavo habeas corpus para nada informar à CPI mista que investiga o mais cruel dos roubos na história do Brasil. Na segunda-feira, o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, chegou acompanhado de um habeas do Supremo Tribunal Federal e de seu advogado. Antes dele, sete outros depoentes entraram na comissão acolitados por habeas corpus. Nem sequer a data da entrada no serviço público respondeu. A lei lhe garante o direito de não fazer prova contra si próprio,

mas um ex-presidente de uma instituição mostrar nenhum interesse em aproveitar a oportunidade de denunciar o mal que fizeram à Previdência é muito estranho. A sessão virou notícia, mais uma vez, pelo acirramento de ânimos, um ambiente nada favorável à apuração de fatos. O objetivo dos governistas parece ser esse e tem a colaboração ingênua dos mais esquentados da oposição. Quem são os protegidos pela blindagem?

Deputados e senadores, representantes do povo e dos estados,

tratam de investigar o roubo que subtraiu das aposentadorias e pensões de 2,3 milhões de idosos, cerca de R\$ 6,3 bilhões. Aproveitaram-se das deficiências geradas pela idade das vítimas e tiraram um pouco de cada um, a cada mês, com conviência ou cumplicidade da máquina pública, que deveria fiscalizar e controlar algo tão precioso como o sustento mínimo de gente que foi obrigada a recolher a vida toda uma contribuição que lhes diminuía o salário. Continuaram tirando, também sem autorização da vítima. Um crime gigantesco, perverso, desalmado, praticado com maldade e esperteza covarde contra velhinhos.

Por que foi tão difícil criar a CPMI? Por que o governo tentou evitá-la? Por que o ministro Dias Toffoli, em 17 de junho, se reconheceu relator do caso e pediu todos os inquéritos da Polícia Federal (PF) para si? Por que a Procuradoria-Geral da República (PGR) teve que agir sobre relatoria? Por sorte, o inquérito foi para a relatoria do ministro André Mendonça. Por que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pôs sigilo nos registros de visitas de investigados à Casa? Por que a mídia está tão discreta diante de tamanho e perigo escândalo contra os avós de tanta gente? Por que tanto habeas corpus para ficar calado? Medo

de depor? Medo de quê? Tudo isso mostra o tamanho, a importância e a gravidade do que está sendo ocultado.

Entre os investigados e suspeitos, o “Careca do INSS”, o advogado Nelson Wilians e seu fiel escudeiro, o economista Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, o empresário Maurício Camisotti, presidentes de associações de “benefícios” para os idosos, inclusive um vice que é irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre esses, a maioria com dezenas de milhões de reais transacionados, segundo relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), mais coleções de carros de luxo

e esportivos, imóveis, empresas de fachada e offshore. Tudo retirado dos minguaudos beneficiados de gente idosa.

Obviamente, tudo isso passou pelo Dataprev e pelo INSS. E durante muito tempo. A falcatura depende de um esquema gigantesco. Só conhecemos a espuma. Querem fechar a sete chaves a caixa-preta. Mas o crime contra os velhinhos exige punição. Na Flórida, o vigarista que aplicou um golpe em entidades previdenciárias, pegou mais de 800 anos de prisão. Aqui, irão os governistas conseguir emudecer a CPMI? O silêncio dos depoentes é tão eloquente quanto o barulho dos milhões registrados pelo Coaf.